



CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

PREGÃO ELETRÔNICO
CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA – CONTER

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025
Processo Administrativo nº 27/2025

Torna-se público que o(a) CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA - CONTER, por meio do(a) Pregoeira CONTER - Portaria nº 46/2024, sediado(a) Quadra 2 Conjunto A, 03, Lote 03, bairro Setor de Indústrias Bernardo Sayão (Núcleo Bandeirante), na cidade de Brasília/DF, CEP 71736-201, realizará licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **Menor Preço**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e TR, anexo ao edital.

Data da Sessão Pública: 28/08/2025

Hora Inicial: 09:00

CÓDIGO UASG: 389.291

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço TOTAL ANUAL (12 meses)

MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de Empresa Gráfica especializada na produção de carteiras de identidade profissional (CIP) em PVC, que atenda às rigorosas exigências e certificações, incluindo ISO 9001 e ABNT 15540, bem como às normas estabelecidas pelo CONTER e CRTRs, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, TR - Termo de Referência e seus anexos.

1.2. Os serviços contratados deverão envolver a confecção das carteiras com materiais de alta qualidade, incorporando elementos de segurança avançados, como marcas d'água, hologramas e outros recursos antifalsificação, esses recursos tem o intuito de garantir a proteção contra falsificação e assegurar a integridade dos documentos.

1.3. As carteiras de identidade profissional (CIP) em PVC e os quantitativos estimados, são conforme as especificações listadas no TR – Termo de Referência, item 1.1.1.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

1.4. A licitação será realizada em ÚNICO item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123](#), de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, caso necessário.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 – TCU-Plenário);

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4. e 2.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.7.4. e 2.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.14. A vedação de que trata o item 2.7.11. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício, se for o caso.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item, se aplicado;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

3.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

3.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

3.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

3.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

3.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

3.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

3.14. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.12. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor TOTAL ANUAL (12 meses) do item ÚNICO, expresso em Reais (R\$).

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, inclusive taxas de postagem/correios, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil, se aplicado.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, se aplicado.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no TR - Termo de Referência/Projeto Básico;

4.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor TOTAL ANUAL (12 meses) do item único.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,50 (cinquenta centavos).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024, se aplicado.

5.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

5.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21, se for o caso.

5.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

5.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, se aplicado, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#), se for o caso.

5.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

5.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência, se aplicado.

5.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

5.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

5.21.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei, se for o caso;

5.21.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2 empresas brasileiras;

5.22.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, que será realizado, de forma automático, pelo próprio sistema do Portal de Compras do Governo Federal sem a ingerência do Pregoeiro.

5.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

5.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.2.1. A consulta no CEIS e CENEP quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, se o for o caso.

6.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.11. Caso o Termo de Referência - TR/Projeto Básico exija a **apresentação de amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10.1. O licitante deverá apresentar ainda:

7.10.1.1. Declaração de Inexistência de Agente Público do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia nos Quadros da Empresa, conforme Anexo V.

7.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro, prorrogável por igual período.

7.13.1.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo mencionado no item acima.

7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro e/ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

8.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.4.1. a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

8.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

8.5. Os prazos dos itens 8.2. e 8.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico conter.protocolo.official@gmail.com.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

- 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 10.1.6. fraudar a licitação;
- 10.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 10.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 10.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 10.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 10.2.1. advertência;
 - 10.2.2. multa;
 - 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às

Página 22 de 97





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: conter.protocolo.official@gmail.com

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento**. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.conter.gov.br

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

12.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar - ETP;

12.11.2. ANEXO III – Declaração de Inexistência de Agente Público do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia nos Quadros da Empresa;

12.11.3. ANEXO IV – TERMO DE SIGILO;

12.11.4. ANEXO V - Modelo de Proposta Comercial;

12.11.3. ANEXO VI - Modelo de TERMO DE CONTRATO.

Brasília/DF, agosto de 2025.

CARLOS DA SILVA

DIRETOR PRESIDENTE





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

ANEXO I - Termo de Referência.

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21
EMPRESA GRÁFICA – MATERIAL PARA CIP

1. Condições Gerais da Contratação

1.1. O objetivo é a contratação de uma **Empresa Gráfica especializada na produção de carteiras de identidade profissional (CIP)** em PVC, que atenda às rigorosas exigências e certificações, incluindo ISO 9001 e ABNT 15540, bem como às normas estabelecidas pelo CONTER e CRTRs. Os serviços contratados deverão envolver a confecção das carteiras com materiais de alta qualidade, incorporando elementos de segurança avançados, como marcas d'água, hologramas e outros recursos antifalsificação, esses recursos tem o intuito de garantir a proteção contra falsificação e assegurar a integridade dos documentos.

1.1.1. Os quantitativos e as especificações são os discriminados na tabela abaixo.

Subitem	Especificações	Quantidade Estimada	Quantidade por Ano	Quantidade por Mês
1	Matéria-prima: carteiras de identidade profissional (CIP) em PVC (Policloreto de vinilo); Dimensões: Largura 85,6 mm - Altura 54,0 mm - Espessura 0,82mm; Selo holográfico: Durante a pré-impressão; Aspecto: Brilhante; Personalização dos dados fixos e variáveis: Espelhos pré-impressos com Layout aprovado sem personalização	72.000 ¹	14.400	1.200
2	Carta Berço Formato: 210mm x 297mm	72.000	14.400	1.200
3	Envelope: Formato Fechado: 229 x 114mm (LxA) Formato Aberto: 259 x 260mm (LxA) Janela: 120 x 50mm (LxA) Papel: offset 90gr Cores: 2	72.000	14.400	1.200

¹ O quantitativo apresentado poderá sofrer alteração, considerando a quantidade de inscritos.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

- 1.1.2. A produção das carteiras deve seguir minuciosamente as especificações técnicas e procedimentos para a produção de impressos de segurança padronizados pela NBR (Norma Brasileira), assegurando que todas as características de segurança e design estejam alinhadas com as exigências regulatórias. Além disso, a empresa contratada será responsável pela confecção de envelopes customizados com o timbrado do Sistema CONTER/CRTRs e pela criação da Carta Berço. Esta carta deve acondicionar a CIP, oferecendo proteção adicional e fornecendo informações pertinentes aos profissionais das técnicas radiológicas.
- 1.1.3. Será permitida a subcontratação exclusivamente para o fornecimento de envelopes e cartas berço, de modo a atender às especificações do contrato, caso a empresa gráfica especializada na produção de credenciais não disponha da capacidade de produzir esses itens. No entanto, para os demais itens relacionados à confecção das carteiras de identidade profissional (CIP), que envolvem elementos de segurança como marcas d'água, hologramas e outros recursos antifalsificação, a subcontratação não será autorizada, garantindo assim o controle rigoroso e a integridade dos itens de segurança previstos neste instrumento.
- 1.1.4. A empresa gráfica contratada não será responsável pelo preenchimento dos dados variáveis das carteiras de identidade profissional (CIP), pois essa atividade será realizada exclusivamente pelo Sistema CONTER/CRTRs. Essa abordagem tem como objetivo otimizar o processo de emissão das carteiras, garantindo maior eficiência e segurança no tratamento das informações dos profissionais das técnicas radiológicas. Ao concentrar o preenchimento dos dados variáveis no Sistema CONTER/CRTRs, busca-se assegurar a padronização e a integridade dos dados, reduzindo riscos de inconsistências ou erros. Além disso, essa metodologia permite maior agilidade na integração com as bases de dados do sistema, garantindo que as informações inseridas nas carteiras estejam sempre atualizadas e alinhadas às necessidades regulatórias do CONTER e dos CRTRs. Dessa forma, a empresa gráfica deverá focar exclusivamente na confecção das carteiras (espelhos pré-impressos) sem customização, envelopes e carta berço sem , observando as especificações técnicas e os rigorosos padrões de segurança e qualidade estabelecidos neste instrumento. A empresa deverá observar todas as condições e exigências estabelecidas neste instrumento para garantir que a produção das carteiras de identidade profissional (CIP) em PVC atenda aos mais altos padrões de segurança e qualidade, conforme as diretrizes do CONTER e dos CRTRs.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

1.2. Os serviços deverão seguir aos critérios estabelecidos nas Resoluções:
Resolução CONTER nº 17/2020

https://www.studiosti.com.br/PortalTransparencia/Radiologia/conter/Relatorio/Menu/Arquivo_Visualizar_TL.aspx?arquivo=~/Menu_File/557724576582_RESOLU.O.CONTER.N.17.2020.Modulo.procedimentos.carteira.f.sica.digital.identidade.profissional.pdf&codigo=5695&menu=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CONTER%20n%C2%BA%2017/2020%20-%20Emiss%C3%A3o%20identidade%20profissional

Resolução CONTER nº 18/2021

https://www.studiosti.com.br/PortalTransparencia/Radiologia/conter/Relatorio/Menu/Arquivo_Visualizar_TL.aspx?arquivo=~/Menu_File/518156055883_RESOLU.O.CONTER.18.2021.ALTERA.RESOLU.O.17.2020.pdf&codigo=5671&menu=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CONTER%20n%C2%BA%2018/2021%20-%20Altera%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2017/2020

1.3. Os serviços e ou materiais objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos em Edital.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 5 anos, contados da assinatura do Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista os termos do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da Necessidade da Contratação

2.1. A Carteira de Identidade Profissional dos Técnicos em Radiologia é um documento oficial emitido pelo sistema CONTER/CRTRs, que confere a habilitação legal para o exercício da profissão, conforme a Resolução CONTER nº 17/2020, datada de 28 de outubro de 2020.

2.2. Considerando o volume significativo de carteiras, a natureza dos documentos produzidos, a elevada complexidade envolvida bem como os rigorosos requisitos de segurança necessários para prevenir fraudes e falsificações, é imperativo que seja contratada uma empresa especializada no ramo de produção de documentos de segurança. Essa contratação garantirá a prestação de um serviço de alta qualidade e confiabilidade.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

2.3. Considerando a evolução tecnológica, identificamos a necessidade de disponibilizar para os profissionais das técnicas radiológicas a Carteira de Identidade Profissional em formato digital, por meio de uma aplicação para dispositivos móveis (smartphones, tablets e notebooks) personalizada, fornecida pela empresa de Sistema de Gestão vigente contratada pelo CONTER. Este avanço visa modernizar e facilitar o acesso dos profissionais das técnicas radiológicas às suas credenciais e informações cadastradas.

2.4. Considerando o histórico das Carteiras Profissionais emitidas, tanto físicas quanto digitais, identificou-se a necessidade de realizar a conversão das carteiras físicas que ainda não estão em formato digital para o formato digital. Além disso, é necessário proceder com a migração de todas as carteiras atualmente em formato digital para o novo aplicativo personalizado fornecido pela empresa de Sistema de Gestão vigente junto ao CONTER. Essa medida visa assegurar a atualização e integração adequadas das credenciais dos profissionais das técnicas radiológicas no sistema do CONTER/CRTRs.

2.5. Considerando, também, que o Brasil possui estados de grandes dimensões e de difícil acesso, com o objetivo de tornar o processo mais ágil e econômico, foi identificada a necessidade de oferecer a opção de entrega direta das Carteiras Profissionais aos profissionais das técnicas radiológicas que optarem por esse serviço.

2.6. Além das CIPs, a empresa será responsável pela confecção de envelopes personalizados com o timbrado oficial do Sistema CONTER/CRTRs e pela elaboração da Carta Berço, destinada a proteger e acondicionar as carteiras, além de transmitir informações relevantes aos profissionais. Toda a produção deverá atender às exigências regulamentares e aos padrões de segurança e design estabelecidos pelo CONTER e CRTRs, assegurando qualidade e proteção durante a entrega, que poderá ser realizada por meio dos Correios ou diretamente pelos CRTRs.

2.7. A contratação deste serviço continuado é considerada uma atividade de custeio, conforme estipulado pelo Decreto nº 10.193, de 23 de dezembro de 2019, e pela Portaria ME (MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA) nº 7.828, de 11 de novembro de 2022. A autorização pertinente será emitida pela Autoridade Competente, conforme especificado nas seções subsequentes deste Termo de Referência – TR.

3. Descrição da Solução como um Todo

A presente solução tem como objetivo a contratação de uma empresa gráfica especializada na produção das Carteiras de Identidade Profissional (CIP) em PVC, de acordo com as rigorosas exigências e certificações estabelecidas pelo Sistema CONTER/CRTRs. A empresa deverá atender às normas ISO 9001 e ABNT 15540, garantindo que o processo de produção siga as especificações técnicas para impressos de segurança, padronizados pela Norma Brasileira (NBR).

Página 29 de 97





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

Os serviços contratados envolverão a confecção das CIPs com materiais de alta qualidade, incorporando elementos de segurança avançados, como marcas d'água, hologramas e outros recursos antifalsificação, a fim de proteger contra fraudes e assegurar a integridade dos documentos.

Além da produção das CIPs, a empresa será responsável pela confecção de envelopes personalizados com o timbrado do Sistema CONTER/CRTs e pela elaboração da Carta Berço, que servirá para acondicionar as carteiras, oferecendo proteção adicional e fornecendo informações relevantes aos profissionais das técnicas radiológicas. Toda a produção deverá seguir minuciosamente as exigências regulamentares e padrões de segurança e design estabelecidos pelo CONTER e pelos CRTs.

A empresa contratada deverá observar integralmente todas as condições descritas neste instrumento, assegurando que os espelhos das CIPs em PVC estejam em conformidade com os mais altos padrões de segurança e qualidade. Dessa forma, a contratação visa garantir que a emissão das CIPs físicas ocorra com eficiência, segurança e qualidade, atendendo às demandas do Sistema CONTER/CRTs e proporcionando um serviço de excelência aos profissionais das técnicas radiológicas.

A produção das Carteiras de Identidade Profissional, envelopes personalizados e Cartas Berço será realizada sob demanda, conforme as necessidades específicas do Sistema CONTER/CRTs. A contratada deverá garantir a capacidade de atendimento ágil e flexível, ajustando a produção às quantidades solicitadas pelo CONTER/CRTs em cada pedido, dentro dos limites quantitativos estimados descritos na tabela do item 1.1, respeitando os prazos e especificações técnicas estabelecidos neste Termo de Referência.

4. Requisitos da Contratação

4.1. Natureza da Contratação:

De acordo com o art. 15 da IN nº 5/2017, serviços prestados de forma contínua são aqueles essenciais para atender necessidades públicas de maneira permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade. A interrupção desse serviço pode comprometer a prestação de serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

A emissão das Carteiras de Identidade Profissional (CIP) é enquadrada como serviço de **natureza continuada**, pois se trata de um documento oficial essencial para a identificação dos profissionais de técnicas radiológicas, regulamentado pelo CONTER e

Página 30 de 97





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

CRTRs. A paralisação desse serviço resultaria em prejuízos significativos para o desempenho das atividades e comprometeria a regularização e identificação desses profissionais em todo o território nacional.

4.2. Duração Inicial do Contrato:

Por se tratar de um serviço complexo e abrangente, envolvendo a produção e distribuição das CIPs em PVC, além da confecção de envelopes timbrados e Carta Berço para o Sistema CONTER/CRTRs, recomenda-se que o contrato tenha **duração inicial de 60 (sessenta) meses**, com possibilidade de renovação por mais 60 (sessenta) meses, alcançando o limite legal de 120 meses. Esse prazo contratual permite maior previsibilidade, garantindo segurança na execução dos serviços e condições mais vantajosas à Administração Pública, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

4.3. Aspectos Gerais para Atendimento da Demanda:

A empresa contratada deverá observar rigorosamente as especificações e exigências definidas pelo Sistema CONTER/CRTRs para a confecção das CIPs. As carteiras devem ser produzidas em PVC com alta qualidade e incorporar elementos de segurança, como marcas d'água, hologramas e outros recursos antifalsificação, de acordo com as normas ISO 9001, ABNT 15540 e NBR para impressos de segurança. Além disso, a contratada será responsável pela adequação das informações variáveis, quando especificamente aplicável, e pela criação de envelopes personalizados com o timbrado do Sistema CONTER/CRTRs, além da Carta Berço que condicionará a CIP, oferecendo proteção adicional e informações relevantes ao profissional.

4.4. Sustentabilidade:

A presente contratação deve priorizar práticas sustentáveis, conforme previsto pela Instrução Normativa SLTI (Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação)/ MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) nº 1/2010 e IN nº 6/2013 MPOG/SLIT. Assim, a empresa contratada deverá adotar medidas de otimização de recursos e minimizar o impacto ambiental, conforme as seguintes diretrizes:

4.4.1. Substituição de substâncias tóxicas por alternativas menos prejudiciais ao meio ambiente.

4.4.2. Descarte adequado de materiais e resíduos, seguindo a legislação ambiental vigente.

4.4.3. Treinamento periódico dos colaboradores sobre boas práticas de sustentabilidade e redução de desperdícios.

4.4.4. Utilização de produtos de limpeza que atendam às especificações da Anvisa.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

4.4.5. Disponibilização de equipamentos de proteção individual necessários para execução dos serviços.

4.4.6. Preferência por materiais e tecnologias de origem local e de menor impacto ambiental.

4.4.7. Eficiência no uso de recursos naturais, como água e energia.

4.4.8. Adoção de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais.

4.4.9. Observância dos critérios ambientais para obtenção de certificações do Inmetro.

4.4.10. Acondicionamento adequado dos bens em embalagens recicláveis, garantindo proteção durante transporte e armazenamento.

4.5. Subcontratação

4.5.1. Será permitida a subcontratação exclusivamente para o fornecimento de envelopes e cartas berço, de modo a atender às especificações do contrato, caso a empresa gráfica especializada na produção de credenciais não disponha da capacidade de produzir esses itens. No entanto, para os demais itens relacionados à confecção das carteiras de identidade profissional (CIP), que envolvem elementos de segurança como marcas d'água, hologramas e outros recursos antifalsificação, a subcontratação não será autorizada, garantindo assim o controle rigoroso e a integridade dos itens de segurança previstos neste instrumento.

4.6. Garantia contratual

4.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5. Modelo de Execução do Objeto

5.1. A execução deverá ser iniciada em até 15 (quinze) dias após a data de assinatura do contrato.

5.2. Os serviços serão prestados em conformidade com o levantamento feito por meio dos Estudos Técnicos Preliminares.

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos e ferramentas necessários, nas quantidades estimadas, promovendo sua substituição quando necessário.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

5.4. Os serviços objeto desta contratação serão executados sob demanda, conforme solicitações específicas do Sistema CONTER/CRTs. A contratada deverá assegurar a produção e entrega das Carteiras de Identidade Profissional (CIP), envelopes personalizados e Cartas Berço conforme os pedidos realizados, respeitando as quantidades estimadas anuais, indicadas na tabela do item 1.1.1 bem como os padrões de qualidade, segurança e prazos estipulados neste Termo de Referência.

5.4.1. A contratada deverá entregar os itens solicitados em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento formal do pedido, salvo em casos de força maior ou situações excepcionais devidamente justificadas e aprovadas pelo CONTER.

5.4.1.1. O não cumprimento deste prazo poderá acarretar as sanções previstas na seção 15 deste Termo de Referência.

5.4.2. Caso não seja possível a entrega dentro do prazo estipulado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência.

5.5. A entrega dos bens (Carteiras de Identidade Profissional - CIP, envelopes personalizados e Cartas Berço) será realizada de forma parcelada, conforme os pedidos sob demanda emitidos pelo Sistema CONTER/CRTs, em embalagens adequadas que garantam a integridade e a segurança dos itens durante o transporte, conforme as especificações de sustentabilidade do item 4.4.10. A contratada deverá confirmar o recebimento de cada pedido por escrito (via e-mail ou sistema eletrônico indicado pelo CONTER) e coordenar com o fiscal do contrato eventuais particularidades logísticas.

5.6. As entregas deverão ser realizadas no seguinte endereço:
Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia (CONTER)
SIBS, Quadra 02 – Conjunto A, Lote nº 03, CEP 71.736-201 – Núcleo Bandeirante/DF.

5.7 Garantia, manutenção e assistência técnica

5.7.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. Modelo de Gestão e Fiscalização do Contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.5. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.6. O fiscal acompanhará o empenho, pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7. O fiscal do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, nos termos do contrato.

6.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando à autoridade competente para que tome providências cabíveis.

6.9. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores, fiscais, de conformidade.

7. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

7.2. Para fins de habilitação jurídica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

7.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/> empreendedor;

7.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI (Departamento de Registro Empresarial e Integração) / ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

7.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.2.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

7.2.8. Ato de autorização para o exercício da atividade, condizente com o objeto desta contratação, caso necessário.

7.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.3. Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Página 35 de 97





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

7.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.4. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.4.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116/2021), ou de sociedade simples;





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

7.4.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II);

7.4.3. balanço patrimonial, demonstração de resultado e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.4.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

7.4.4.1. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais sob pena de inabilitação.

7.4.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

7.4.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133/2021, art. 69, §6º).

7.4.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

7.5. Para fins de qualificação técnica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

7.5.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

7.5.2. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deve(m) ser emitido(s) em nome da proponente e seu CNPJ, em papel timbrado do emitente e com assinatura e identificação do emissor e telefone/e-mail para contato.

7.5.3. A licitante poderá apresentar em um único atestado de capacidade técnica todas as comprovações requeridas, desde que discriminadas apropriadamente.

7.5.4. A comprovação de qualificação técnica se dará na fase de habilitação por meio de apresentação de atestado(s), conforme previsto nos itens acima, não se confundindo com a apresentação de amostras, que se dará na fase imediatamente posterior à apresentação de propostas e de lances, a ser marcada pelo CONTER.

7.5.5. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

7.5.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.5.7. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.5.8. A Licitante vencedora deverá apresentar certificado que está em conformidade com as Normas Brasileira da ABNT NBR 15540/2013, referente à comprovação de sistema de segurança para impressão de documentos confidenciais bem como atender as demais exigências de segurança e sigilo contidas neste Termo de Referência, face às especificidades do objeto da contratação;

7.5.9. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.5.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

7.5.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.6. Para fins de amostra, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.6.1. A licitante que ofertar a melhor proposta será convocada pelo Pregoeiro para, em data não inferior a 7 (sete) dias úteis, a ser informada em chat da Sessão Pública, apresentar amostra da Carteira Profissional (item 1) para análise técnica quanto a compatibilidade do material ofertado segundo as especificações contidas no Termo de Referência. A data poderá ser postergada, desde que devidamente justificada e motivada. O descumprimento do prazo acarretará a desclassificação da proposta.

7.6.2. A licitante também deverá apresentar amostras, na mesma data, de quesitos tecnológicos, como modelos de aplicativos personalizados desenvolvidos por ela própria com todas as funcionalidades contidas no Termo de Referência, além de uma demonstração da funcionalidade de captura dos dados biométricos com a inclusão, se possível, da amostra dos aparelhos (com as respectivas especificações) a serem utilizados. A data poderá ser postergada, desde que devidamente justificada e motivada. O descumprimento do prazo acarretará a desclassificação da proposta.

7.6.2.1. A **amostra** mencionada no 7.6.1. passará por minuciosa análise por setor técnico competente para sua averiguação, e emissão de parecer técnico de aprovação ou reprovação do produto apresentado.

7.6.2.1.1. Em **caso de reprovação** da amostra constante no subitem 7.6.1. fundamentada em parecer do setor técnico, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que a licitante atenda às recomendações dispostas no parecer.

7.6.2.1.2. As amostras relativas ao subitem 7.6.1. somente serão aprovadas após parecer técnico favorável emitido por setor competente, ficando a cargo do CONTER o envio das amostras para análise e parecer técnico que será realizado, preferencialmente, pelo Instituto de Criminalística - INC; ou outro, a critério do CONTER. O prazo de análise será divulgado oportunamente.

7.6.2.1.3. As amostras deverão ter, obrigatoriamente, as mesmas características técnicas das peças que serão posteriormente entregues pela empresa vencedora.

7.7. As amostras serão analisadas por Equipe Técnica do CONTER, sem deixar de cumprir a etapa detalhada no subitem 7.6.2.1. e seguintes, e deverão ser apresentadas na sede do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia, sito no endereço SIBS, Quadra 02 – Conjunto A, Lote nº 03 CEP 71.736-201 – Núcleo Bandeirante/DF.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

7.7.1. A Equipe Técnica do CONTER emitirá parecer conclusivo, após o término da apresentação das amostras, no qual manifestará sobre o atendimento das especificações contidas neste Termo de Referência. O parecer conclusivo será encaminhado ao Pregoeiro que procederá às medidas cabíveis para continuidade do certame.

7.7.2. Se a licitante não demonstrar o atendimento da totalidade das funcionalidades requeridas no Termo de Referência, a proposta será desclassificada, devendo ser chamada a próxima licitante, de acordo com a ordem de classificação de menor preço global, concluída a etapa de lances, para apresentação das amostras, nas mesmas condições estabelecidas para a primeira colocada.

7.7.3. O Pregoeiro considerará como vencedora a licitante que apresentar o MENOR PREÇO TOTAL e que for classificada após os cumprimentos dos requisitos de habilitação e da aprovação das amostras.

7.7.4. Incumbe à licitante providenciar os equipamentos para adequada visualização de todos os itens de segurança das carteiras de identidade a serem emitidas, conforme especificações do Termo de Referência.

7.7.5. Os custos relacionados à confecção, à entrega, bem como quaisquer outros relacionados às amostras correrão por conta da empresa licitante.

8. Estimativas do Valor da Contratação

8.1. A estimativa total de produção das CIPs, juntamente com os envelopes personalizados e Cartas Berço foi consolidada com base no ETP (Estudo Técnico Preliminar), utilizando dados dos anos anteriores, consultas aos CRTRs e projeções de demanda anual e mensal. O levantamento e histórico, permite planejar a produção com precisão, assegurando que a empresa contratada tenha capacidade para atender às necessidades contínuas de produção do material e reposição, garantindo eficiência e agilidade na entrega do material ao Sistema CONTER/CRTRs.

8.2. O custo unitário estimado para a contratação dos serviços de confecção de carteiras de identidade profissional (CIP) em PVC, incluindo carta-berço e envelopes personalizados, é de R\$ 4,20 (quatro reais e vinte centavos) por conjunto. Para um período de 12 (doze) meses, considerando a produção de 14.400 (quatorze mil e quatrocentos) unidades, o valor total estimado é de R\$ 60.480,00 (sessenta mil, quatrocentos e oitenta reais), equivalente a R\$ 5.040,00 (cinco mil e quarenta reais) por mês. Para o período total de 60 (sessenta) meses, a projeção estimada é de R\$ 302.400,00 (trezentos e dois mil e quatrocentos reais).





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

8.3. O montante estimado foi calculado com base em valores de mercado e nas especificações técnicas detalhadas no Estudo Técnico Preliminar, garantindo a compatibilidade com os padrões de segurança e qualidade exigidos.

8.4. O quadro detalhado abaixo apresenta a distribuição do custo por item e a estimativa individual de cada componente contratado, permitindo um acompanhamento transparente e preciso do orçamento previsto. É importante destacar que o valor indicado serve como referência para o planejamento orçamentário e a elaboração das propostas pelas empresas interessadas, estando sujeito à análise criteriosa durante o processo licitatório.

Item	Especificações	Quantidade Estimada	Quantidade por ano	Valor Médio Unitário	Valor Total (12 meses)
1	Matéria-prima: carteiras de identidade profissional (CIP) em PVC (Policloreto de vinilo); Dimensões: Largura 85,6 mm - Altura 54,0 mm - Espessura 0,82mm; Selo holográfico: Durante a pré-impressão; Aspecto: Brilhante; Personalização dos dados fixos e variáveis: Espelhos pré-impressos com Layout aprovado sem personalização	72.000	14.400	R\$ 4,20	R\$ 60.480,00
2	Carta Berço Formato: 210mm x 297mm	72.000	14.400		
3	Envelope: Formato Fechado: 229 x 114mm (LxA) Formato Aberto: 259 x 260mm (LxA) Janela: 120 x 50mm (LxA) Papel: offset 90gr Cores: 2	72.000	14.400		





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

8.5. Para fins de consideração de data do orçamento estimado, considera-se a data de 18/12/2024.

9. Adequação Orçamentária

9.1. O valor total para a prestação dos serviços será alocado no orçamento do CONTER para o período correspondente, devendo existir dotação orçamentária específica:

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade
- II) Fonte de Recursos
- III) Programa de Trabalho
- IV) Elemento de Despesa
- V) Plano Interno

10. Obrigações da Contratante

10.1. São obrigações do Contratante:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

10.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

10.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

Página 42 de 97





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

10.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

10.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.10. O CONTER terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no §6º do art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

10.1.14. O CONTER não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. Obrigações da Contratada

11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de referência – TR e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1. Manter preposto aceito pelo CONTER no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato, caso necessário.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

11.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.1.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

11.1.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados, conforme o artigo 137, II, da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;

11.1.1.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.1.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.1.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.1.1.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

11.1.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

11.1.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

Página 44 de 97





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

11.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

11.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

11.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e

11.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

11.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;

11.1.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.1.13. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

11.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

11.1.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.1.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

11.1.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021);

11.1.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.1.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, da Lei nº 14.133/2021;

11.1.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

12. Alteração subjetiva

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

12.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

12.5. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

12.6. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. Pagamento

13.1. A Nota Fiscal deverá ser apresentada pela contratada em Brasília - DF, mediante ordem bancária, que será creditada em conta corrente no Banco ou boleto bancário, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da apresentação dos documentos.

13.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022.

13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura, no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SicaF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

13.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.5. Verificadas quaisquer irregularidades que impeçam o pagamento, a Administração deverá notificar o fornecedor contratado para que regularize a sua situação, conforme dispõe o §2º do artigo 8º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022.

13.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

13.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.14. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

13.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

14. Do Reajuste

14.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data do orçamento estimado, conforme item 8 do Termo de Referência, pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

14.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.3. O reajuste será realizado por apostilamento ou outro instrumento equivalente.

15. Das Infrações e Sanções Administrativas

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

15.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. der causa à inexecução total do contrato;





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

15.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

15.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

15.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

15.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens “15.1.2”, “15.1.3” e “15.1.4” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

15.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “15.1.5”, “15.1.6”, “15.1.7” e “15.1.8” do subitem acima deste Contrato, bem como nos itens “15.1.2”, “15.1.3” e “15.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

15.2.4. **Multa:**

15.2.4.1. **moratória** de 5% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias úteis;

15.2.4.2. O atraso superior a 15 (quinze) dias úteis autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021;

15.2.4.3. **compensatória** de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

15.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

15.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

15.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

15.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

15.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

15.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

15.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

15.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.6.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

15.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados

Página 51 de 97





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

15.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

15.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

15.9.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

15.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

16. Dos casos omissos

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos

17. Foro





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

17.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Brasília-DF, 06 de agosto de 2025

Documento assinado digitalmente
gov.br ELIAS DA SILVA PAZ
Data: 11/08/2025 16:34:11-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

TR. Elias da Silva Paz
COORDENADOR do GT / Portaria CONTER nº 140/2024 CRTR02

Documento assinado digitalmente
gov.br JOAO BATISTA DA SILVA JUNIOR
Data: 11/08/2025 16:17:15-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

MEMBRO do GT
Assessor de TI / CONTER

Documento assinado digitalmente
gov.br CARLOS EDUARDO DOS SANTOS
Data: 11/08/2025 17:55:00-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Carlos Eduardo dos Santos
MEMBRO do GT
Analista de TI / CONTER

Documento assinado digitalmente
gov.br IDNEY BITENKURTH DA SILVA
Data: 11/08/2025 17:02:16-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Idney Bitenkurth da Silva
MEMBRO do GT

Documento assinado digitalmente
gov.br DIEGO ROBERTO CABRAL SALATTI
Data: 11/08/2025 18:39:41-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Diego Roberto Cabral Salatti
MEMBRO do GT CRTR06

Documento assinado digitalmente
gov.br JOAO FRAGOSO DE JESUS JUNIOR
Data: 11/08/2025 18:27:51-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

João Fragoso de Jesus Junior
MEMBRO do GT

Página 53 de 97





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

CRTR08

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar – ETP

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Carteira de Identidade Profissional - CIP
Sistema CONTER/CRTRs

Exercício 2024

Brasília/DF 17 de setembro de 2024

Página **54** de **97**





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

O presente ETP se fundamentou na Instrução Normativa SEGES Nº 58, de 8 de agosto de 2022

Estudo Técnico Preliminar - ETP
(Apenso ao Termo de Referência da Contratação)

Área Requisitante: Elias da Silva Paz – Coordenador do Projeto Executivo CIP

Área Técnica: João Batista da Silva Junior – Assessor de Tecnologia da Informação

GT Equipe Técnica Multidisciplinar – Portaria CONTER nº 140 - 20 de agosto de 2024

1. Necessidade da Contratação

A Carteira de Identidade Profissional dos **Técnicos, Tecnólogos, Auxiliares em Radiologia e Operadores de Radiografia** é um documento oficial emitido pelo sistema CONTER/CRTs, que confere a habilitação legal para o exercício da profissão, conforme a Resolução CONTER nº 17/2020, datada de 28 de outubro de 2020.

Considerando que o Art. 1º da Lei n.º 6.206/75 estabelece que a carteira de identidade profissional expedida pelo Sistema CONTER/CRTs goza de fé pública e é válida em todo o território nacional como prova de identidade civil;

Considerando o volume significativo de carteiras, a natureza dos documentos produzidos, a elevada complexidade envolvida bem como os rigorosos requisitos de segurança necessários para prevenir fraudes e falsificações, é imperativo que seja contratada uma empresa especializada no ramo de produção de documentos de segurança. Essa contratação garantirá a prestação de um serviço de alta qualidade e confiabilidade;

Considerando a evolução tecnológica, identificamos a necessidade de disponibilizar para os profissionais das técnicas radiológicas a Carteira de Identidade Profissional em formato digital, por meio de uma aplicação para dispositivos móveis (smartphones, tablets e notebooks) personalizada, fornecida pela empresa de Sistema de Gestão vigente contratada pelo CONTER. Este avanço visa modernizar e facilitar o acesso dos profissionais das técnicas radiológicas às suas credenciais e informações cadastradas.

Considerando o histórico das Carteiras Profissionais emitidas, tanto físicas quanto digitais, identificou-se a necessidade de realizar a conversão das carteiras físicas que ainda não estão em formato digital para o formato digital.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

Além disso, é necessário proceder com a migração de todas as carteiras atualmente em formato digital para o novo aplicativo personalizado fornecido pela empresa de Sistema de Gestão vigente junto ao CONTER. Essa medida visa assegurar a atualização e integração adequadas das credenciais dos profissionais das técnicas radiológicas no sistema do CONTER/CRTRs.

Considerando, também, que o Brasil possui estados de grandes dimensões e de difícil acesso, com o objetivo de tornar o processo mais ágil e econômico, os Conselhos Regionais, ao confeccionarem suas próprias Carteiras de Identidade Profissional (CIP), poderão implementar um processo mais ágil e econômico, permitindo que a entrega das CIPs aos profissionais que comparecerem presencialmente seja realizada de forma direta.

Para os profissionais que residem no interior, a entrega das CIPs será realizada pelo correio, utilizando um envelope timbrado impresso os dados pelos Regionais e uma carta berço, garantindo assim a segurança e a integridade do documento durante o transporte. Essa abordagem visa facilitar o acesso à identidade profissional, promovendo maior eficiência no atendimento aos jurisdicionados.

Além das CIPs, será necessário a confecção de envelopes personalizados com o timbrado oficial do Sistema CONTER/CRTRs e da Carta Berço, destinada a proteger e acondicionar as carteiras, além de transmitir informações relevantes aos profissionais.

Toda a produção deverá atender às exigências regulamentares e aos padrões de segurança e design estabelecidos pelo CONTER e CRTRs, assegurando qualidade e proteção durante a entrega, que poderá ser realizada por meio dos Correios ou diretamente pelos CRTRs.

A contratação deste serviço é considerada uma atividade de custeio, conforme estipulado pelo Decreto nº 10.193, de 23 de dezembro de 2019, e pela Portaria ME (MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA) nº 7.828, de 11 de novembro de 2022. A autorização pertinente será emitida pela Autoridade Competente, conforme especificado nas seções subsequentes deste Edital de Tomada de Preços (ETP).

2. Descrição dos requisitos da contratação

Natureza da Contratação:

Em conformidade com o artigo 15 da IN SEGES (INSTRUÇÃO NORMATIVA Secretaria de Gestão (SEGES) — Ministério da Economia) nº 5/2017, os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, por sua essencialidade, visam atender à necessidade

Página 56 de 97





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

pública de forma permanente e contínua, ao longo de mais de um exercício financeiro. Esses serviços são fundamentais para assegurar a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação do serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

Com base nessa definição, a emissão das Carteiras de Identidade Profissional (CIPs) e e-CIPs se classifica como um serviço de natureza continuada, uma vez que se trata de um documento oficial previsto em normativos e essencial para a identificação inequívoca dos profissionais das técnicas radiológicas. A interrupção desse serviço ocasionará prejuízos significativos ao desempenho das atividades desses profissionais em âmbito nacional.

Duração Inicial do Contrato:

Dada a complexidade da implementação e execução deste serviço, bem como o elevado custo associado à sua abrangência em todo o território nacional, recomenda-se que o contrato tenha uma duração inicial de 60 (sessenta) meses. Este contrato poderá ser renovado por um período adicional de 60 (sessenta) meses, totalizando o prazo máximo estabelecido pela legislação de 120 meses. Esta duração visa atender aos requisitos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, além de possibilitar a obtenção de condições contratuais mais vantajosas para a Administração Pública, garantindo maior segurança e estabilidade ao longo do período contratual.

Aspectos Gerais para Atendimento da Demanda:

A Contratada deverá observar as condições e o modelo da Carteira Profissional regulamentados pelo Plenário do CONTER, os quais serão detalhados no Termo de Referência.

Sustentabilidade:

Na presente contratação, o CONTER priorizará a adoção, por parte da Contratada, de boas práticas relacionadas à otimização de recursos, redução de desperdícios e minimização da poluição, conforme estabelecido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG (Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) nº 1, de 19 de janeiro de 2010, e pela IN nº 6/2013 MPOG/SLTI.

A Contratada deverá, quando aplicável, implementar práticas que promovam a sustentabilidade, incluindo, mas não se limitando a:

- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e poluentes;





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

- Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por alternativas atóxicas ou de menor toxicidade;
- Descarte de entulhos, sobras de materiais, ferramentas e peças em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- Realização de treinamento e capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas para redução de desperdícios e poluição;
- Utilização de produtos de limpeza que atendam às classificações e especificações determinadas pela Anvisa;
- Fornecimento de equipamentos de segurança adequados aos empregados para a execução dos serviços;
- Minimização do impacto sobre recursos naturais, como flora, fauna, ar, solo e água;
- Preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- Maior eficiência na utilização de recursos naturais, como água e energia;
- Adoção de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- Observância dos requisitos ambientais para a obtenção de certificação pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos similares;
- Preferência por embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, para garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento.

3. Levantamento de mercado e justificativa da solução escolhida

A definição do modelo de carteiras no presente processo foi sustentada seguindo as inovações do mercado e segurança. Aprovado em Plenário pela Resolução CONTER nº 17, de 28 de outubro de 2020. Portanto, a solução selecionada possui respaldo legal, conforme o posicionamento e a normatização estabelecidos pelo colegiado do Conselho Federal de Técnicos em Radiologia (CONTER).





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal



Frente “Padrão Amarelo” personalizado



Verso “Padrão Amarelo” personalizado

Estrutura e Impressão:

Matéria-prima	PVC (Policloreto de vinilo)
Dimensões	Largura: 85,6 mm - Altura: 54,0 mm Espessura: 0,82mm
Impressão (offset)	Frente e Verso, dados fixos e variáveis
Layout	Modelo aprovado pelo Plenário do CONTER - Resolução CONTER nº 17/2020





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

Cores	Frente e Verso
Aspecto	Brilhante
Personalização dos dados fixos e variáveis	Espelhos pré-impessos com Layout aprovado sem personalização – Dados Variáveis e Biometria inserida posteriormente pelo CRTR.
Tinta para dados variáveis;	Ribbon (Thermal Transfer Ribbon - TTR) – cartucho
Imagem de Fundo;	Conforme Resolução CONTER nº 17/2020
Selo holográfico;	"trevo da radiação" chamado de trifólio. Durante a pré-impressão.
Fundo numismático; e,	O padrão numismático usado como fundo, possui uma malha de linhas com espessura de 0,1mm e espaçamento sequenciado de 0,06mm.
Elementos de Segurança (Frente e Verso)	Conforme Memorando Setor Informática 025/2019 apenso a Resolução CONTER nº 17/2020





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

Credencial Frente - Sem Personalização



Credencial Verso - Sem Personalização



Credencial Frente - Com Personalização



Credencial Verso - Com Personalização



a) Brasão da República;

b) Brasão da Radiologia;

c) Informações de Identificação Constitucional:

- República Federativa do Brasil,
- Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia,
- Conselho Regional de Técnicos em Radiologia,
- Cédula de Identidade Profissional,
- Válida em todo o Território Nacional | Lei n.º 6.206/1975,
- Lei n.º 7.394/1985 | Decreto n.º 92.790/1986;

d) Fundo Numismático, contendo matriz geométrica, Brasão da Radiologia, Imagem de Wilhelm Conrad Roentgen e Marie Skłodowska Curie, Símbolo da Radiação com padrão geométrico e símbolo da marca do CONTER incorporados;

e) Espaço para Imagem em escala de Cinza 3X4 digital;





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

f) Título de informação padrão, visível na credencial:

- Nome,
- Categoria,
- Habilitação,
- Registro/CRTR N^o,
- Data Exp.,
- Validade,
- Filiação,
- CPF,
- RG,
- Naturalidade,
- Data de Nascimento;

g) Selo Holográfico (sugerindo um dos modelos de selo 2D, 2D Flip ou 3D com imagens ocultas UV, holografias 2D3D ou FLIP e sistema de rastreabilidade Virtual ID);

h) Espaço para impressão da Assinatura do Portador;

i) Espaço para impressão da Assinatura do Diretor Presidente do Regional;

j) Espaço para impressão do QR code;

k) Jurisdição do Regional (Exemplo: “1^a Região - DF”);

l) Dados de informação padrão, visível na credencial:

- Nome,
- Categoria,
- Habilitação,
- Registro/CRTR N^o,
- Data Exp.,
- Validade,
- Filiação,
- CPF,
- RG,
- Naturalidade,
- Data de Nascimento;

m) Foto do portador em escala de Cinza 3X4 digital;

n) QR code impresso agregando informações a serem definidas posteriormente;





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

o) Impressão da Assinatura do Portador;

p) Impressão da Assinatura do Diretor Presidente do Regional;

Objeto: Emissão de carteiras profissionais e prestação de serviços correlatos				
Entidade	Material da Carteira Física	Justificativa	Valor Unitário	Viabilidade da Solução
Solução 1: modelo COFEN	Papel moeda	Alta demanda de profissionais registrados e carteira profissional com data de validade, conforme regulamento da entidade.	R\$ 28,80	Não se aplica, dada a diferença no quantitativo de emissões ao Cofecon e pela vantajosidade por não haver prazo de validade às carteiras profissionais.
Solução 2: modelo CFO	Cédula	Alta demanda de profissionais registrados e Carteira profissional com data de validade, conforme regulamento da entidade.	R\$ 3,01	Não se aplica, dada a diferença no quantitativo de emissões ao Cofecon e pela vantajosidade por não haver prazo de validade às carteiras profissionais.
Solução 3: Modelo CFP	Policarbonato	Inovação de mercado, segurança e durabilidade em razão de não haver prazo de validade para as carteiras profissionais.	R\$ 47,81	A referida solução é a mais aplicável ao Cofecon em razão da regulamentação interna pelo plenário e, inclusive, no sentido de se manter o padrão das carteiras profissionais já emitidas em contratos anteriores.
Solução 4: Modelo CONTER	PVC	A adoção do material visa aliar a durabilidade e o custo-benefício, mantendo a eficiência operacional e a padronização	R\$ 4,71	A solução em PVC oferece um equilíbrio eficaz entre custo e durabilidade, sendo viável para a emissão de carteiras





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

		necessária para a identificação dos profissionais.		profissionais no contexto do CONTER.
--	--	--	--	--------------------------------------

4. Descrição da solução como um todo

A solução proposta para o desenvolvimento e gestão de carteiras de identidade profissional (CIP) envolve a implementação de um conjunto de medidas técnicas e contratações que visam modernizar e otimizar o processo. Primeiramente, será desenvolvido um aplicativo (junto ao Sistema de Gestão vigente no CONTER) que permitirá aos profissionais atualizar seus dados, anexar fotos e assinaturas (dados biométricos) para solicitação da CIP. Após a aprovação, o aplicativo proporcionará acesso à CIP em ambiente virtual e, posteriormente, à CIP física, conforme Resolução CONTER nº 17/2020. Complementarmente, será integrada uma Interface de Programação de Aplicativos - API (Application Programming Interface) nos CRTRs, que utilizam SGBD (Sistema Gerenciador de Banco de Dados) como SCIRE e IMPLANTA, implementando o gerenciamento dos dados cadastrais, utilizando a empresa contratada STUDIO STI.

Além disso, serão realizadas contratações necessárias, incluindo uma empresa especializada na produção de carteiras em PVC de alta qualidade, que atenda aos requisitos de segurança estabelecidos pelo CONTER. Será providenciado também o fornecimento de câmeras e mesas digitais para captura de dados biométricos (foto e assinatura) aos Regionais. Um serviço de outsourcing para impressoras será implementado, permitindo que os Regionais imprimam dados variáveis diretamente nas carteiras.

Os objetivos da solução incluem aumentar a autonomia e eficiência dos Regionais na emissão da CIP, com a capacidade de imprimir dados variáveis diretamente, reduzindo a dependência de empresas terceirizadas. Também se visa a padronização da qualidade dos serviços prestados, assegurando que todos os profissionais recebam suas CIPs dentro dos prazos estabelecidos e com informações corretas. Adicionalmente, busca-se a redução de conflitos e insatisfações relacionadas à qualidade do serviço fornecido aos profissionais das técnicas radiológicas, promovendo um ambiente mais harmonioso entre os Regionais e os jurisdicionados.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

5. Estimativa das quantidades a serem contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas para a confecção das Carteiras de Identidade Profissional (CIP) será baseada em dados demográficos e na quantidade de profissionais registrados nos Conselhos Regionais. Considerando o crescimento contínuo do número de inscritos e as demandas específicas de cada região. Essa estimativa levará em conta tanto os **47.063** (Quarenta e sete mil e sessenta e três) profissionais que já solicitaram a CIP pela primeira vez quanto aqueles que necessitam de renovação, quanto aqueles que necessitam substituir a CIP física de papel, bem como assegurando que haja um estoque suficiente e adequado para atender à demanda sem causar atrasos no processo de entrega.

Com base no levantamento feito em relação aos contratos anteriores, foram alcançados os seguintes quantitativos estimados:

CRTRs	Profissionais Ativos	Últimos 4 anos	Quantidade Considerada	Divisão Anual Planejada	Previsão Mensal
CRTR01	3835	2090	3000	600	50
CRTR02	4476	1527	3000	600	50
CRTR03	10080	1509	5000	1000	83
CRTR04	27499	6586	8000	1600	133
CRTR05	37147	12774	13000	2600	216
CRTR06	7609	3075	4000	800	66
CRTR08	13618	4125	5000	1000	83
CRTR09	6829	2672	4000	800	66
CRTR10	5215	1807	3000	600	50
CRTR11	4048	1583	3000	600	50
CRTR12	2899	462	2000	400	33
CRTR13	2268	819	2000	400	33
CRTR14	5427	1545	3000	600	50
CRTR15	5994	1906	3000	600	50
CRTR16	4391	1002	3000	600	50
CRTR17	6261	2186	3000	600	50
CRTR19	5887	850	3000	600	50
TOTAL	153483	47063	70000	14000	1163





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

6. Estimativa de preços ou preços referenciais

6.1. Desenvolvimento e Implementação do Novo Aplicativo

O custo estimado será definido pelo CONTER junto ao prestador de serviços relacionado ao Sistema De Gestão vigente, consolidando um aditivo contratual e implementando para atender o novo serviço, será requerido aumento do total do contrato vigente na parte de manutenção para anexar o novo serviço.

6.2. Produção de Carteiras em PVC (pré-impresso) de Alta Qualidade

O custo estimado total para a contratação dos serviços de confecção de carteiras de identidade profissional (CIP) em PVC, incluindo os itens especificados, para o período de **12 (doze) meses**, é de **R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)**. Esse valor considera a produção de um quantitativo anual de 14.000 (quatorze mil) unidades, o que reflete a demanda projetada do Sistema CONTER/CRTs.

6.3. Serviço de Outsourcing para Impressoras

O custo mensal referente à locação dos equipamentos e à franquia de impressão foi estimado em **R\$ 15.300,00 (quinze mil e trezentos reais)**. Caso o volume de impressão ultrapasse a franquia mensal estipulada, será aplicado um valor adicional de R\$ 6,12 (seis reais e doze centavos) por cada carteira excedente. Essa política permite que o CONTRATANTE tenha flexibilidade para atender demandas eventuais ou sazonais, sem comprometer a continuidade das operações.

6.4. Câmeras e Mesas Digitais para Captura de Dados Biométricos

Com base nos orçamentos apresentados, por três empresas distintas, o custo unitário por equipamento ofertado fica estimado em R\$ 1.566,62 a depender do modelo de equipamento e empresa ofertante. O Valor total com base no equipamento fica estimado em **R\$ 31.332,40**.

6.5. Custo total do Projeto

Considerando todos os valores envolvidos, é importante ressaltar que o custo referente ao “Desenvolvimento e Implementação do Novo Aplicativo” será definido pelo CONTER em conformidade com o contrato vigente, sendo necessária uma aditivação contratual para contemplar os novos serviços. Essa definição dependerá de análise técnica e financeira, garantindo a viabilidade da ampliação e o cumprimento das obrigações legais e contratuais.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

O investimento de R\$ 31.332,40 (Trinta e um mil, trezentos e trinta e dois reais e quarenta centavos) necessário para os equipamentos destinados à “Captura de Dados Biométricos” será tratado como um custo único, sem a necessidade de desembolsos recorrentes. Essa abordagem permite uma melhor alocação dos recursos e assegura a sustentabilidade financeira ao longo do tempo, ao mesmo tempo em que otimiza os processos operacionais.

Além disso, os custos estimados para os serviços operacionais mantêm-se em **R\$ 18.800,00 (dezoito mil e oitocentos reais)** por mês, totalizando uma projeção anual de R\$ **225.600,00 (duzentos e vinte e cinco mil e seiscentos reais)**. Esses valores abrangem os serviços de produção das carteiras profissionais em PVC de alta qualidade e o outsourcing de impressão, essenciais para atender à demanda prevista no período de 12 meses.

Cabe reforçar que esses custos foram calculados considerando a continuidade das operações dentro dos padrões de eficiência e qualidade exigidos pelo Sistema CONTER/CRTRs, com provisão para ajustes futuros, caso surjam demandas adicionais ou imprevistos relacionados aos serviços contratados.

7. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

Após uma análise minuciosa das opções disponíveis para a contratação dos serviços necessários, a decisão de **parcelar a solução em termos de referências individuais** para cada serviço revela-se como a escolha mais vantajosa.

Contratar fornecedores especializados para cada serviço, como uma empresa para impressão gráfica, outsourcing para impressoras específicas, material para coleta de biometria e atualização do sistema de gestão vigente, assegura que cada componente do projeto seja gerido por um especialista na respectiva área. Isso garante alta qualidade na entrega do material e precisão em cada aspecto do serviço. Deste modo, uma empresa gráfica experiente fornecerá impressão dos espelhos pré-impressos das CIPs, envelopes timbrados e cartas berço com elevados padrões de qualidade, enquanto um fornecedor especializado em materiais para coleta de biometria oferecerá tecnologia avançada e suporte técnico especializado para os periféricos e acessórios disponibilizados.

A gestão direta com cada fornecedor facilita ajustes e mudanças conforme necessário, sem impactar outros serviços. Caso exista a necessidade de atualizar ou modificar algum serviço, essa flexibilidade torna o processo mais ágil e minimiza impactos negativos.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

Além disso, a separação dos contratos limita o impacto de eventuais falhas ao serviço específico em questão, permitindo uma resposta rápida e focada.

A definição clara de responsabilidades proporcionada pela individualização dos serviços facilita a identificação e resolução de problemas, oferecendo uma visão mais transparente sobre a execução e o desempenho de cada fornecedor. Isso promove uma maior definição de responsabilidades, garantindo que cada serviço seja realizado de acordo com os padrões e expectativas previamente acordados.

Embora a negociação em lote único possa parecer inicialmente mais econômica, a contratação separada pode levar a uma otimização de recursos, ao assegurar que cada fornecedor esteja totalmente comprometido em oferecer o melhor serviço possível para sua área específica.

Desvantagens do Parcelamento

A necessidade de gerenciar múltiplos contratos e fornecedores pode exigir mais tempo e recursos para assegurar que todos os serviços estejam alinhados e integrados adequadamente. Garantir que todos os serviços se integrem perfeitamente pode ser um desafio, especialmente se houver necessidades de sincronização entre diferentes componentes do projeto.

8. Contratações correlatas e/ou interdependentes

O Sistema de Gestão vigente contratualmente junto ao CONTER, atuando nos Conselhos Regionais de Técnicos em Radiologia, é atualmente fornecido pela empresa Studios Tecnologia da Informação Ltda (StudiosTI). Esta solução tem sido fundamental para a administração e operação dos Conselhos.

Para aprimorar ainda mais as capacidades do sistema, está prevista a ampliação das funcionalidades com a criação de um módulo adicional integrado à ferramenta de Planejamento de Recursos Empresariais (ERP - Enterprise Resource Planning). Esta expansão permitirá a disponibilização da Carteira de Identidade Profissional de forma eletrônica em todo o território nacional, promovendo uma integração funcional entre os Conselhos Regionais de Técnicos em Radiologia (CRTRs) e seus SGBDs. Esta integração aumentará a eficiência e garantirá um acesso mais ágil e seguro às informações profissionais.

Em caso de término do contrato com a Studios TI, haverá a possibilidade de realizar uma nova contratação por meio de licitação, de acordo com as necessidades e diretrizes estabelecidas pelo CONTER. Toda e qualquer empresa que vier a ser integrada futuramente, deverá atender os requisitos previamente estabelecidos pelo CONTER,





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

buscando cumprir o fluxo proposto no Termo de Referência e todo apenso ou anexo integrado ou citado a ele.

Essa abordagem não só contribui para a eficiência operacional, mas também assegura que o CONTER esteja alinhado com as melhores práticas e inovações tecnológicas, promovendo uma gestão mais eficiente e transparente para os Conselhos Regionais de Técnicos em Radiologia.

9. Alinhamento entre a contratação e o planejamento

A presente contratação encontra respaldo institucional, conforme previsto nos projetos de trabalho e orçamento devidamente aprovados em sessão plenária pelos Conselheiros do CONTER.

A aquisição dos serviços e materiais estão alinhadas ao Planejamento Estratégico.

A demanda está em conformidade com Objetivo Estratégico:
OE5 - Implementar e aprimorar infraestrutura e tecnologia.

Ação Estratégica (AE):

AE21 - Modernizar a infraestrutura tecnológica do Conselho, incluindo a atualização dos servidores e do parque tecnológico.

AE22 - Implementar medidas de segurança com o objetivo de mitigar os riscos associados a possíveis vulnerabilidades.

Meta Estratégica (ME):

ME46 - Conduzir auditorias anuais para avaliar a eficácia contínua das medidas de segurança e equipamentos implementados;

10. Resultados pretendidos

A implementação do novo aplicativo, aliado à integração com o Sistema de Gestão vigente e aos sistemas dos CRTRs, permitirá a atualização eficiente dos dados dos profissionais, incluindo a coleta de biometria, e facilitará a emissão tanto da CIP eletrônica quanto da CIP física. Isso visa agilizar o processo, reduzir a dependência de empresas terceirizadas e garantir a padronização e qualidade das carteiras emitidas.

Com a capacidade de imprimir dados variáveis diretamente nas carteiras, os CRTRs ganharão maior autonomia, diminuindo a necessidade de recursos externos e

Página 69 de 97





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

melhorando a eficiência operacional. Esta mudança visa também reduzir os tempos de espera e aumentar a satisfação dos profissionais das técnicas radiológicas.

A solução proposta garante a padronização dos serviços prestados e a entrega de CIPs dentro dos prazos estabelecidos com informações corretas. A padronização assegura que todas as carteiras de identidade profissional atendam aos mesmos altos padrões de qualidade e segurança, independentemente do Regional.

A implementação do sistema visa minimizar problemas relacionados à qualidade do serviço e à precisão das informações nas CIPs, promovendo um ambiente mais harmonioso entre os CRTRs e os profissionais. A melhoria na comunicação e no gerenciamento das solicitações contribuirá para a satisfação geral e para a redução de reclamações.

11. Providências para adequação do Projeto

11.1. Desenvolvimento e Implementação do Novo Aplicativo

É indispensável desenvolver um aplicativo que se integre ao Sistema de Gestão vigente e permita a atualização dos dados dos profissionais, coleta de biometria e emissão das CIPs. A adequação do CONTER incluirá a coordenação com a empresa contratada para garantir que o aplicativo atenda a todas as especificações e requisitos técnicos.

O sistema realizará toda gestão de solicitação e emissão da Carteira de Identidade profissional – CIP por meio do site, onde os profissionais poderão se cadastrar, atualizar seus dados pessoais, atualizar a biometria como foto e assinatura para a impressão da carteira com QRcode de validação.

- Publicar na apple store
- Pacote anual de desenvolvedor para poder atualizar o aplicativo da apple
- Publicar na google play
- Ampliar recursos do servidor para atender o novo serviço disponível
- Ampliar mão de obra para manutenção e atendimento do serviço

11.2. Produção de Carteiras em PVC (pré-impresso) de Alta Qualidade

11.2.1. Será necessário contratar uma empresa especializada na produção de carteiras de identidade profissional (CIP) em PVC. Estas carteiras devem ser produzidas com materiais de alta qualidade e atender a rigorosos requisitos de





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

segurança estabelecidos pelo CONTER. Todas as carteiras devem incorporar elementos de segurança, como marcas d'água, holograma, e outros recursos antifalsificação para proteger contra a falsificação e garantir a integridade dos documentos. A produção deve também seguir as especificações técnicas e normas requisitadas pelo CONTER, garantindo que todas as características de segurança e design estejam de acordo com as exigências regulatórias.

11.2.2. A empresa gráfica contratada não será responsável pelo preenchimento dos dados variáveis das carteiras de identidade profissional (CIP), pois essa atividade será realizada exclusivamente pelo Sistema CONTER/CRTs. Essa abordagem tem como objetivo otimizar o processo de emissão das carteiras, garantindo maior eficiência e segurança no tratamento das informações dos profissionais das técnicas radiológicas. Ao concentrar o preenchimento dos dados variáveis no Sistema CONTER/CRTs, busca-se assegurar a padronização e a integridade dos dados, reduzindo riscos de inconsistências ou erros. Além disso, essa metodologia permite maior agilidade na integração com as bases de dados do sistema, garantindo que as informações inseridas nas carteiras estejam sempre atualizadas e alinhadas às necessidades regulatórias do CONTER e dos CRTs. Dessa forma, a empresa gráfica deverá focar exclusivamente na confecção das carteiras (espelhos pré-impressos) sem customização, envelopes e carta berço sem , observando as especificações técnicas e os rigorosos padrões de segurança e qualidade estabelecidos neste instrumento. A empresa deverá observar todas as condições e exigências estabelecidas neste instrumento para garantir que a produção das carteiras de identidade profissional (CIP) em PVC atenda aos mais altos padrões de segurança e qualidade, conforme as diretrizes do CONTER e dos CRTs.

Item	Especificações	Quantidade Estimada	Quantidade por Ano	Quantidade por Mês
1	Matéria-prima: carteiras de identidade profissional (CIP) em PVC (Policloreto de vinilo); Dimensões: Largura 85,6 mm - Altura 54,0 mm - Espessura 0,82mm; Selo holográfico: Durante a pré-impressão; Aspecto: Brilhante; Personalização dos dados fixos e variáveis: Espelhos pré-impressos com Layout aprovado sem personalização	70.000	14000	~1.166
2	Carta Berço Formato: 210mm x 297mm	70.000	14000	~1.166





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

3	Envelope: Formato Fechado: 229 x 114mm (LxA) Formato Aberto: 259 x 260mm (LxA) Janela: 120 x 50mm (LxA) Papel: offset 90gr Cores: 2	70.000	14000	~1.166
---	--	--------	-------	--------

11.2.3. Os serviços deverão seguir aos critérios estabelecidos nas Resoluções: Resolução CONTER nº 17/2020

https://www.studiosti.com.br/PortalTransparencia/Radiologia/conter/Relatorio/Menu/Arquivo_Visualizar_TL.aspx?arquivo=~/Menu_File/557724576582_RESOLU.O.CONTER.N.17.2020.Modelo.procedimentos.carteira.f.sica.digital.identidade.profissional.pdf&codigo=5695&menu=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CONTER%20n%C2%BA%2017/2020%20-%20Emiss%C3%A3o%20identidade%20profissional

Resolução CONTER nº 18/2021

https://www.studiosti.com.br/PortalTransparencia/Radiologia/conter/Relatorio/Menu/Arquivo_Visualizar_TL.aspx?arquivo=~/Menu_File/518156055883_RESOLU.O.CONTER.18.2021.ALTERA.RESOLU.O.17.2020.pdf&codigo=5671&menu=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CONTER%20n%C2%BA%2018/2021%20-%20Altera%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2017/2020

11.2.4. O custo estimado total para a contratação dos serviços de confecção de carteiras de identidade profissional (CIP) em PVC, incluindo os itens especificados, para o período de **12 (doze) meses**, é de **R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)**. Esse valor considera a produção de um quantitativo anual de 14.000 (quatorze mil) unidades, o que reflete a demanda projetada do Sistema CONTER/CRTRs. O quadro detalhado abaixo apresenta a distribuição do custo por item e a estimativa individual de cada componente contratado, permitindo um acompanhamento transparente e preciso do orçamento previsto. É importante destacar que o valor indicado serve como referência para o planejamento orçamentário e a elaboração das propostas pelas empresas interessadas, estando sujeito à análise criteriosa durante o processo licitatório.

Item	Especificações	Quantidade Estimada	Quantidade por ano	Valor Unitário	Valor Total (12 meses)
1	Matéria-prima: carteiras de identidade profissional (CIP) em PVC (Policloreto de vinilo);	70.000	14.000	R\$ 3,00	R\$ 42.000





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

	Dimensões: Largura 85,6 mm - Altura 54,0 mm - Espessura 0,82m; Selo holográfico: Durante a pré-impressão; Aspecto: Brilhante; Personalização dos dados fixos e variáveis: Espelhos pré-impressos com Layout aprovado sem personalização				
2	Carta Berço Formato: 210mm x 297mm	70.000	14.000		
3	Envelope: Formato Fechado: 229 x 114mm (LxA) Formato Aberto: 259 x 260mm (LxA) Janela: 120 x 50mm (LxA) Papel: offset 90gr Cores: 2	70.000	14.000		

11.2.5. Para fins de consideração de data do orçamento estimado, considera-se a data de 18/12/2024.

11.3. Serviço de Outsourcing para Impressoras

11.3.1. Implementar um serviço de outsourcing para impressoras específicas, que permita aos Conselhos Regionais de Técnicos em Radiologia (CRTRs) imprimir dados variáveis diretamente nas carteiras de PVC. Este serviço deve fornecer as impressoras, o suporte técnico necessário e garantir a integração com o sistema de gestão existente. As impressoras fornecidas devem ser compatíveis com o PVC das carteiras e capazes de imprimir dados variáveis com alta qualidade, incluindo informações pessoais, QRcode e outros elementos descritos nas documentações referentes. O serviço de outsourcing deve incluir suporte técnico contínuo para manutenção e resolução de problemas das impressoras, garantindo operação sem interrupções. As impressoras devem ser integradas ao sistema de





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

gestão do CONTER/ CRTRs para garantir que a impressão dos dados variáveis seja precisa e eficiente, sincronizando com os dados cadastrados.

11.3.2. A estimativa das quantidades a serem contratadas para a confecção das Carteiras de Identidade Profissional (CIP) será baseada em dados demográficos e na quantidade de profissionais registrados nos Conselhos Regionais. Considerando o crescimento contínuo do número de inscritos e as demandas específicas de cada região. Essa estimativa levará em conta tanto os **47.063** (Quarenta e sete mil e sessenta e três) profissionais que já solicitaram a CIP pela primeira vez quanto aqueles que necessitam de renovação, quanto aqueles que necessitam substituir a CIP física de papel, bem como assegurando que haja um estoque suficiente e adequado para atender à demanda sem causar atrasos no processo de entrega.

11.3.3. Com base no levantamento feito em relação aos contratos anteriores, foram alcançados os seguintes quantitativos estimados:

CRTRs	Profissionais Ativos	Produção Últimos 4 anos	Quantidade Considerada	Divisão Anual Planejada	Previsão Mensal
CRTR01	3835	2090	3000	600	50
CRTR02	4476	1527	3000	600	50
CRTR03	10080	1509	5000	1000	83
CRTR04	27499	6586	8000	1600	133
CRTR05	37147	12774	13000	2600	216
CRTR06	7609	3075	4000	800	66
CRTR08	13618	4125	5000	1000	83
CRTR09	6829	2672	4000	800	66
CRTR10	5215	1807	3000	600	50
CRTR11	4048	1583	3000	600	50
CRTR12	2899	462	2000	400	33
CRTR13	2268	819	2000	400	33
CRTR14	5427	1545	3000	600	50
CRTR15	5994	1906	3000	600	50
CRTR16	4391	1002	3000	600	50
CRTR17	6261	2186	3000	600	50
CRTR19	5887	850	3000	600	50
TOTAL	153483	47063	70000	14000	1163





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

11.3.4. Considerando a necessidade de impressão frente e verso para a emissão da CIP – Carteira de Identidade Profissional, foi estipulado um custo máximo unitário de **R\$ 12,24 (doze reais e vinte e quatro centavos)** por carteira completamente impressa. Esse valor é dividido em R\$ 6,12 (seis reais e doze centavos) por cada face da carteira, refletindo a precisão técnica e a qualidade necessária para a produção desse documento oficial.

11.3.5. A franquia mensal compreende a impressão de **1250 carteiras completas**, ou seja, frente e verso, totalizando 2500 faces impressas por mês. Este volume foi dimensionado para atender à demanda regular do CONTRATANTE, cobrindo as necessidades das unidades operacionais (CRTRs) envolvidas no projeto. O planejamento já inclui a previsão mensal de utilização por todas as unidades onde os equipamentos serão alocados, garantindo uma distribuição eficaz dos recursos contratados.

11.3.6. O custo mensal referente à locação dos equipamentos e à franquia de impressão foi estimado em **R\$ 15.300,00 (quinze mil e trezentos reais)**. Caso o volume de impressão ultrapasse a franquia mensal estipulada, será aplicado um valor adicional de R\$ 6,12 (seis reais e doze centavos) por cada carteira excedente. Essa política permite que o CONTRATANTE tenha flexibilidade para atender demandas eventuais ou sazonais, sem comprometer a continuidade das operações.

11.3.7. O escopo do contrato inclui o fornecimento dos equipamentos necessários, bem como seus insumos básicos, como fitas (ribbons) e outros consumíveis imprescindíveis ao funcionamento regular do sistema. Entretanto, o Espelho de PVC, componente essencial para a confecção das carteiras, será fornecido diretamente pelo CONTRATANTE, ficando fora da responsabilidade da CONTRATADA. Essa separação visa facilitar a gestão de insumos e assegurar o controle de qualidade do material utilizado.

11.3.8. A entrega inicial dos equipamentos será centralizada no Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia (CONTER). As instalações serão realizadas de forma remota, com os equipamentos previamente configurados e prontos para uso imediato. Esse formato de implantação foi pensado para reduzir o tempo de instalação e minimizar possíveis interrupções nos fluxos operacionais.

11.3.9. O projeto contempla a impressão de um volume total de 70.000 (setenta mil) carteiras ao longo de sua vigência. Esse planejamento foi realizado de maneira estratégica, garantindo que a produção atenda plenamente às necessidades institucionais e assegure o fornecimento contínuo e de alta qualidade das CIP.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

11.4. Fornecimento de Câmeras e Mesas Digitais para Captura de Dados Biométricos

11.4.1. Recomenda-se fornecer câmeras e mesas digitais para captura de dados biométricos, como foto e assinatura, aos Conselhos Regionais de Técnicos em Radiologia. Esses equipamentos são essenciais para a coleta precisa e segura das informações biométricas dos profissionais.

11.4.2. Para a execução eficiente deste processo, será necessário o fornecimento dos seguintes equipamentos:

Mesa gráfica para assinatura digital: A mesa gráfica deverá ser capaz de capturar assinaturas digitais com alta precisão, garantindo que os traços sejam registrados fielmente e possam ser integrados ao sistema de coleta de dados biométricos. O equipamento deve ser ergonômico, de fácil manuseio e compatível com os sistemas utilizados pelo Sistema CONTER/CRTRs.

WebCam de alta qualidade para captura facial: A WebCam deve possuir resolução de alta definição (HD ou superior) para assegurar a captura de imagens nítidas e precisas. Webcams já homologadas pelo Instituto de Identificação da Polícia Civil, para as sedes dos Conselhos Regionais de Técnicos em Radiologia, deverão incluir tecnologia de ajuste automático de iluminação e foco, garantindo resultados consistentes mesmo em ambientes com condições de luz variáveis.

11.4.3. Assegurar que os CRTRs disponham dos equipamentos necessários para a coleta de dados biométricos dos profissionais das técnicas radiológicas em situação presencial (quando houver) com alta qualidade e segurança, integrando esses dados ao processo de emissão das CIPs de forma eficiente.

11.4.4. Quantidade de material/serviço da solução a ser contratada:

Uni.	Item	Serviço/Material	Quantidade
01	Mesa gráfica	Material	20
02	WebCam	Material	20

11.4.5. Valor estimado de material/serviço (unitário e total) da solução:

Com base nos orçamentos apresentados, por três empresas distintas, o custo unitário por equipamento ofertado fica estimado em R\$ 1.566,62 a depender do modelo de equipamento e empresa ofertante. O Valor total com base no equipamento fica estimado em R\$ 31.332,40.

11.5. Acompanhamento, treinamento e capacitação





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

Para garantir o sucesso na implementação do novo sistema e na utilização dos equipamentos e materiais, será necessário proporcionar treinamento adequado para os funcionários dos CRTRs e demais envolvidos no processo. O treinamento garantirá que todos estejam familiarizados com as novas ferramentas e procedimentos, promovendo uma transição suave e eficaz.

O CONTER deve estabelecer mecanismos para monitorar e avaliar continuamente o desempenho do novo sistema e dos fornecedores. Isso inclui a definição de indicadores de desempenho, realização de auditorias e coleta de feedback dos usuários para identificar e corrigir eventuais problemas e melhorar continuamente a qualidade dos serviços prestados.

11.6. Planejamento para Futuras Licitações

Em caso de término do contrato com o Sistema de Gestão vigente, será fundamental preparar com antecedência o processo de licitação para a contratação de novos fornecedores, garantindo que todas as exigências e requisitos do CONTER sejam atendidos. A preparação antecipada ajudará a assegurar que a transição entre fornecedores ocorra de forma fluida e que o novo sistema continue a operar com eficiência.

12. Possíveis impactos ambientais

Não se aplica, haja vista que o serviço será desempenhado por empresas que atendem aos requisitos ambientais, pois são licenciadas para tal.

13. Declaração de viabilidade da contratação

Com base nos elementos anteriores do presente documento de Estudos Técnicos Preliminares, declaramos **como viável** a contratação proposta pela unidade requisitante.

Considerando que o projeto de contratação de solução para emissão e fornecimento de Carteira de Identidade Profissional - CIP, bem como sua disponibilização em formato eletrônico - e-CIP, a ser utilizado pelo profissional das técnicas radiológicas, no modelo, engloba serviços já ofertados no mercado, há órgãos públicos que realizaram contratação cujo tipo execução se assemelha ao desta autarquia, atendendo aos critérios legais de biometria para emissão de documento de identificação e também de





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

exigências quanto à segurança dos dados e ao processo de emissão do documento, entendemos ser viável a contratação proposta.

Brasília/DF, 17 de setembro de 2024

1) Área Requisitante:

TR. Elias da Silva Paz
Coordenador do Projeto Executivo – CIP
Grupo de Trabalho Multidisciplinar
CONTER/CRTR2

2) Área Requisitante:

João Batista da Silva Junior
Assessor de Tecnologia da Informação
Grupo de Trabalho Multidisciplinar
CONTER





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

À consideração da Senhora Presidente com vista à aprovação deste ETP:

CONSIDERANDO que este Estudo Técnico Preliminar possui todos os elementos indispensáveis para a realização do certame, em conformidade com as legislações pertinentes;

CONSIDERANDO que, para a presente contratação, denota-se maior vantagem econômica a contratação por prazo plurianual (quinquenal) por se tratar de serviços contínuos, conforme artigo 106, I da Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO que é atribuição da autoridade competente aprovar o Estudo Técnico Preliminar das contratações, consoante dispõe o art. 14, II do Decreto nº 10.024/2019;

APROVO o presente Estudo Técnico Preliminar, que deverá ser anexado ao Termo de Referência.

TNR. Carlos da Silva
Presidente do CONTER





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

ANEXO II – Declaração de Inexistência de Agente Público do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia nos Quadros da Empresa

Declaração de Inexistência de Agente Público do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia nos Quadros da Empresa

A empresa (inserir razão social), inscrita no CNPJ nº (inserir número), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) (inserir nome), portador(a) da Carteira de Identidade nº (inserir número e órgão emissor) e do CPF nº (inserir número), **DECLARA** que não possui, em seu quadro funcional ou composição societária, agente público pertencente ao órgão ou entidade CONTRATANTE ou responsável pela licitação.

Brasília - DF, de de 2025.

(nome e número da identidade do declarante/ Assinatura)





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

ANEXO III – TERMO DE SIGILO

TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/2025

O CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA – CONTER, sediado em Brasília - DF, SIBS, Quadra 02, Conjunto A, Lote nº 03 - CEP 71.736-201 – Núcleo Bandeirante/DF, CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, sediada em XXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO Nº XXXXXX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto dos CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei nº 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos nº 7.724, de 16/05/2012 e nº 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO PRINCIPAL: Contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes;

CLÁUSULA QUARTA - DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I - sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

- sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I - A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I - Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I - Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

II - Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III - Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro - Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo - O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tais como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I - O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II - A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III - A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV - Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V - O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI - Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

VII - O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII - Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

O CONTRATANTE elege o foro de Brasília, onde está localizada a sede do CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2(duas) vias de igual teor e um só efeito.

De acordo .

Brasília, _____ de _____ de 20____.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

TESTEMUNHA 1:

TESTEMUNHA 2:

Fiscal do Contrato:

Preposto:
Nome/Qualificação:





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

ANEXO IV - Modelo de Proposta Comercial;

Proposta Comercial

OBJETO: contratação de Empresa Gráfica especializada na produção de carteiras de identidade profissional (CIP) em PVC, que atenda às rigorosas exigências e certificações, incluindo ISO 9001 e ABNT 15540, bem como às normas estabelecidas pelo CONTER e CRTRs

		Especificações	Quantidade Estimada	Quantidade por ano	Valor Unitário	Valor Total ANUAL (12 meses)
ITEM ÚNICO	1	Matéria-prima: carteiras de identidade profissional (CIP) em PVC (Policloreto de vinilo); Dimensões: Largura 85,6 mm - Altura 54,0 mm - Espessura 0,82mm; Selo holográfico: Durante a pré-impressão; Aspecto: Brilhante; Personalização dos dados fixos e variáveis: Espelhos pré-impressos com Layout aprovado sem personalização	70.000	14.000		
	2	Carta Berço Formato: 210mm x 297mm	70.000	14.000		
	3	Envelope: Formato Fechado: 229 x 114mm (LxA) Formato Aberto: 259 x 260mm (LxA) Janela: 120 x 50mm (LxA) Papel: offset 90gr	70.000	14.000		

1. Prazo de validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias.
2. O valor apresentado compreende quaisquer custos que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, ou seja, decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo custos operacionais, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, eventuais custos com transporte, frete, inclusive taxas de postagem/correios, e outras despesas correlatas necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Brasília, _____ de _____ de 2025.

CONTRATADA:

Página 85 de 97





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

ANEXO V - Modelo de TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA

(Processo Administrativo nº 027/2025)

*** MINUTA DE DOCUMENTO**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O
CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA E A EMPRESA
XXXXXXXXXX

CONTRATO Nº: xx/2025 – PREGÃO ELETRONICO Nº 0Xx/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO CONTER nº 027/2025

O CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA - CONTER, pessoa jurídica de direito público, com sede no SIBS, Quadra 02 Conjunto A, Lote nº 03 CEP: 71.736-201 – Núcleo Bandeirante/DF, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 03.635.323/0001-40, neste ato representado por seu Conselheiro Diretor-Presidente CARLOS DA SILVA, portador da cédula de identidade nº 21.801.399-1 SSP/SP, CPF nº 124.223.168.40, residente e domiciliado na Rua Tatuí, 15, bairro Jardim Haydee, Mauá-SP, CEP: 09370-290, denominado CONTRATANTE e XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº XXXXXX, sediado na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por XXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no PROCESSO ADMINISTRATIVO CONTER Nº 027/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico Nº 0XX/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Página 86 de 97





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de Empresa Gráfica especializada na produção de carteiras de identidade profissional (CIP) em PVC, que atenda às rigorosas exigências e certificações, incluindo ISO 9001 e ABNT 15540, bem como às normas estabelecidas pelo CONTER e CRTRs, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, TR - Termo de Referência e seus anexos.

1.2. Os serviços contratados deverão envolver a confecção das carteiras com materiais de alta qualidade, incorporando elementos de segurança avançados, como marcas d'água, hologramas e outros recursos antifalsificação, esses recursos tem o intuito de garantir a proteção contra falsificação e assegurar a integridade dos documentos.

1.2.1. Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1.1. O Termo de Referência;

1.2.1.2. O Edital da Licitação;

1.2.1.3. A Proposta do contratado;

1.2.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos, contados de xx/0x/2025 a xx/0x/2030, podendo ser prorrogável sucessivamente, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata o item anterior é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato e ao Edital.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Conforme item 1 (1.1.3) do TR

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação; despesas de administração, lucro, eventuais custos com transporte, frete, inclusive taxas de postagem/correios, e outras despesas correlatas necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato e ao Edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (ART. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em XXXX de 2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

8.1. As obrigações do Contratante estão apresentadas no Termo de Referência, anexo ao Edital da referida contratação – Pregão nº xxx/2025 e ao presente contrato.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. As obrigações do Contratante estão apresentadas no Termo de Referência, anexo ao Edital da referida contratação – Pregão nº xxx/2025 e ao presente contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Em caso de descumprimento às regras deste contrato, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes penalidades:

12.1.1. advertência, aplicada em caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.1.2. multa moratória, nos seguintes termos:





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

12.1.2.1. 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de atraso na entrega dos serviços, até o limite de 30 (trinta) dias corridos. Após este prazo será considerada a inexecução total do contrato.

12.1.2.2. 0,05% (cinco centésimos por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia/hora de atraso injustificado na prestação das demais obrigações não elencadas nos itens de penalidade acima, até o limite de 1% (um por cento). Após este prazo será considerada a inexecução parcial do contrato.

12.1.3. multa compensatória, nos seguintes termos:

12.1.3.1. de 20% sobre o valor da contratação, nos casos de inexecução parcial;

12.1.3.2. de 30% sobre o valor da contratação, no caso de inexecução total.

12.1.4. impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de 3(três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicada em razão das seguintes ocorrências:

12.1.4.1. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado:

Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 04(quatro) meses.

12.1.4.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 12 (doze) meses;

12.1.4.3. dar causa à inexecução total do contrato:

Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 24(vinte e quatro) meses.

12.1.4.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada em razão das seguintes ocorrências:

12.1.4.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida durante a execução do contrato:

Pena: declaração de inidoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

12.1.4.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato:

Pena: declaração de inidoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

12.1.4.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

Pena: declaração de identidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;

12.1.4.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5ª da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:

Pena: declaração de inidoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.

12.2. As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente à sanção de multa.

12.3. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

12.4.1. O valor referente à multa poderá, antes dos procedimentos descritos no item acima, ser recolhido ao Tesouro por meio Guia de Recolhimento da União - GRU, nos termos do §8º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

12.4.2. O atraso no recolhimento de multas será corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE.

12.5. É admitida a reabilitação CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observados os requisitos constantes no artigo 163 da Lei nº 14.133/2021, em especial:

12.5.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública:

12.5.2. pagamento da multa:

12.5.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade,

12.5.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo.

12.5.5. análise jurídica, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.6. A sanção por prestar declaração falsa durante a execução do contrato e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

reabilitação da CONTRATADA, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

12.7. As penalidades aplicadas serão cadastradas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da aplicação, no SICAF, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.8. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com e sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.9. Os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica alcançam não apenas os sócios de direito, mas também os sócios ocultos que exerçam de fato a gerência da pessoa jurídica* (TCU, Acórdão 229/2023 - Plenário).

12.10. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste contrato será realizada mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, cujos prazos para realização dos atos serão os previstos nos arts. 157, 158 c/c 159 da Lei nº 14.133/2021.

12.11. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para o CONTRATANTE, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.12. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

12.13. A aplicação da multa não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

12.14. As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

12.15. A não manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA ao longo da execução do contrato, poderá ensejar rescisão contratual unilateral pelo CONTRATANTE, após regular procedimento administrativo e garanti do o direito ao contraditório e à ampla defesa, e ainda, a aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.1. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Autarquia no exercício de 2025, na dotação abaixo discriminada:
6.3.1.3.01.01.004 – Material de Expediente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.





CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. É competente o Foro de Brasília (DF) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Brasília, xx de agosto de 2025.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

